



**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº11115/2021.**

**Apensos:** Processo nº 10189/2018.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM).

**4- Exercício:** 2014.

**5- Responsável:** Wilson Duarte Alecrim (Gestor).

**6- Advogado:** Katiuscia Raika da Camara Elias - OAB/AM 5225 e Maria Caroline Lazarini Dias - OAB/SP 232473.

**7- Unidade Técnica:** DICAD, DICOP.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Diligência nº 367/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Saúde – SES (antiga SUSAM). Exercício de 2014.

*Irregularidade. Alcance por Responsabilidade Solidária. Multa. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Wilson Duarte Alecrim**, Gestor da Secretaria de Estado da Saúde (SUSAM), exercício 2014, nos termos do art. 22, inciso III alínea “b” e “c” da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM c/c artigo 188, inciso II e §1º, inciso III, alínea “b” e “c” da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, em razão do dano causado ao erário e das impropriedades que deram causa à aplicação de multa.

**10.2. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Wilson Duarte Alecrim** no valor de **R\$3.945.805,99** (três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e noventa e nove centavos), nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – alcance aplicado pelo TCE/AM”, órgão



**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM), de acordo com o Relatório Técnico Conclusivo nº 69/2017-DICOP, considerando o dano ao erário relativo a:

**I. Inexecução parcial do objeto identificada em inspeção no Termo de Contrato nº 140/2013-SUSAM (adequação e ampliação do Centro de Reabilitação de Dependentes Químicos, situado no KM-53 da Rodovia AM 010):**

- i. Achado 1.2.6, no valor de R\$ 156.728,00;
- ii. Achado 1.2.7, no valor de R\$ 162.370,80;
- iii. Achado 1.3.1, no valor de R\$ 195.636,65;
- iv. Achado 1.3.2, no valor de R\$ 437.279,69;
- v. Achado 1.3.3, no valor de R\$ 81.220,80;
- vi. Achado 1.3.6, no valor de R\$ 194.398,41;
- vii. Achado 1.3.7, no valor de R\$ 295.137,36;

**II. Inexecução parcial do objeto identificada em inspeção no Termo de Contrato nº 038/2013-SUSAM (reforma do Hospital Geraldo da Rocha):**

- i. Achado 2.3.1, no valor de R\$ 582.902,94;
- ii. Achado 2.3.3, no valor de R\$ 140.388,00;

**III. Inexecução parcial do objeto identificada em inspeção no Termo de Contrato nº 50/2012-SUSAM (reforma e ampliação do Hospital Universitário Dona Francisca Mendes) - achado 3.3.2 - no valor de R\$ 1.699.743,34;**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.3. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. José**



**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**Duarte dos Santos Filho** no valor de **R\$3.945.805,99** (três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinco reais e noventa e nove centavos), nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM, e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM), de acordo com o Relatório Técnico Conclusivo nº 69/2017-DICOP, considerando o dano ao erário relativo a:

I. Inexecução parcial do objeto identificada em inspeção no Termo de Contrato nº 140/2013-SUSAM (adequação e ampliação do Centro de Reabilitação de Dependentes Químicos, situado no KM-53 da Rodovia AM 010):

- i. Achado 1.2.6, no valor de R\$ 156.728,00;
- ii. Achado 1.2.7, no valor de R\$ 162.370,80;
- iii. Achado 1.3.1, no valor de R\$ 195.636,65;
- iv. Achado 1.3.2, no valor de R\$ 437.279,69;
- v. Achado 1.3.3, no valor de R\$ 81.220,80;
- vi. Achado 1.3.6, no valor de R\$ 194.398,41;
- vii. Achado 1.3.7, no valor de R\$ 295.137,36;

II. Inexecução parcial do objeto identificada em inspeção no Termo de Contrato nº 038/2013-SUSAM (reforma do Hospital Geraldo da Rocha):

- i. Achado 2.3.1, no valor de R\$ 582.902,94;
- ii. Achado 2.3.3, no valor de R\$ 140.388,00;

III. Inexecução parcial do objeto identificada em inspeção no Termo de Contrato nº 50/2012-SUSAM (reforma e ampliação do Hospital Universitário Dona Francisca Mendes) - achado 3.3.2 - no valor de R\$ 1.699.743,34;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o



**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Allan Almeida dos Reis** no valor de **R\$894.979,38** (oitocentos e noventa e quatro mil, novecentos e setenta e nove reais e trinta e oito centavos), nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM, e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM), de acordo com o Relatório Técnico Conclusivo nº 69/2017-DICOP, considerando o dano ao erário relativo a inexecução parcial do objeto identificada no Termo de Contrato nº 140/2013 (adequação e ampliação do Centro de Reabilitação de Dependentes Químicos, situado no KM-53 da Rodovia AM 010):

- i. Achado 1.2.6, no valor de R\$ 156.728,00;
- ii. Achado 1.2.7, no valor de R\$ 162.370,80;
- iii. Achado 1.3.1, no valor de R\$ 33.092,62;
- iv. Achado 1.3.2, no valor de R\$ 221.902,11;
- v. Achado 1.3.6, no valor de R\$ 194.398,41;
- vi. Achado 1.3.7, no valor de R\$ 126.487,44;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DEREED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de



**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Jailton Lima Freitas** no valor de **R\$882.787,06** (oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e sete reais e seis centavos), nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM, e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM), de acordo com o Relatório Técnico Conclusivo nº 69/2017-DICOP, considerando o dano ao erário relativo a inexecução parcial do objeto identificada no Termo de Contrato nº 140/2013 (adequação e ampliação do Centro de Reabilitação de Dependentes Químicos, situado no KM-53 da Rodovia AM 010):

- i. Achado 1.3.1, no valor de R\$ 195.636,65;
- ii. Achado 1.3.2, no valor de R\$ 437.279,69;
- iii. Achado 1.3.3, no valor de R\$ 81.220,80;
- iv. Achado 1.3.7, no valor de R\$ 168.649,92;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.6. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária o Sr. Hudson Mar Simith de Oliveira** no valor de **R\$723.290,94** (setecentos e





**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

vinte e três mil, duzentos e noventa reais e noventa e quatro centavos), nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM, e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM), de acordo com o Relatório Técnico Conclusivo nº 69/2017-DICOP, considerando o dano ao erário relativo a inexecução parcial do objeto identificada no Termo de Contrato nº 038/2013 (reforma do Hospital Geraldo da Rocha):

- i. Achado 2.3.1, no valor de R\$ 582.902,94;
- ii. Achado 2.3.3, no valor de R\$ 140.388,00;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.7. Considerar em Alcançe por Responsabilidade Solidária o Sr. Jerocilio Roberto Simoes Alves da Silva** no valor de **R\$1.699.743,34** (um milhão, seiscentos e noventa e nove mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos), nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM, e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida



**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM), de acordo com o Relatório Técnico Conclusivo nº 69/2017-DICOP, considerando o dano ao erário relativo a inexecução parcial do objeto identificada no Termo de Contrato nº 050/2012 (reforma e ampliação do Hospital Universitário Dona Francisca Mendes), indicado no achado 3.3.2.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.8. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária** a empresa **Construtora Alcance Ltda.** no valor de **R\$1.522.771,71** (um milhão, quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e setenta e um reais e setenta e um centavos), nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM, e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM), de acordo com o Relatório Técnico Conclusivo nº 69/2017-DICOP, considerando o dano ao erário relativo a inexecução parcial do objeto identificada no Termo de Contrato nº 140/2013 (adequação e ampliação do Centro de Reabilitação de Dependentes Químicos, situado no KM-53 da Rodovia AM 010):

- i. Achado 1.2.6, no valor de R\$ 156.728,00;
- ii. Achado 1.2.7, no valor de R\$ 162.370,80;
- iii. Achado 1.3.1, no valor de R\$ 195.636,65;
- iv. Achado 1.3.2, no valor de R\$ 437.279,69;



**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- v. Achado 1.3.3, no valor de R\$ 81.220,80;
- vi. Achado 1.3.6, no valor de R\$ 194.398,41;
- vii. Achado 1.3.7, no valor de R\$ 295.137,36;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.9. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a empresa M C a Construtora Ltda.** no valor de **R\$723.290,94** (setecentos e vinte e três mil, duzentos e noventa reais e noventa e quatro centavos), nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM, e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM), de acordo com o Relatório Técnico Conclusivo nº 69/2017-DICOP, considerando o dano ao erário relativo a inexecução parcial do objeto identificada no Termo de Contrato nº 038/2013 (reforma do Hospital Geraldo da Rocha):

- i. Achado 2.3.1, no valor de R\$ 582.902,94;
- ii. Achado 2.3.3, no valor de R\$ 140.388,00;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo





**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.10 Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a empresa S. H. Engenharia e Construções Ltda.** no valor de **R\$ 1.699.743,34** (um milhão, seiscentos e noventa e nove mil, setecentos e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos), nos termos do art. 304, inciso I da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM, e **fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM”, órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, “a”, da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Resolução nº 04/2002-RI-TCE-AM), de acordo com o Relatório Técnico Conclusivo nº 69/2017-DICOP, considerando o dano ao erário relativo a inexecução parcial do objeto identificada no Termo de Contrato nº 050/2012 (reforma e ampliação do Hospital Universitário Dona Francisca Mendes), indicado no achado 3.3.2.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-RITCEAM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.11 Aplicar Multa ao Sr. Wilson Duarte Alecrim,** no valor de **R\$68.271,96**



**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

(sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), nos termos do **art. 54, inciso VI da Lei AM nº 2.423/1996-LOTCE-AM**, e **fixar prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face das seguintes impropriedades, constantes do Relatório Técnico Conclusivo nº 069/2017-DICOP e da Informação Conclusiva nº 015/2017-DICAD, que permaneceram não sanadas abaixo:

- 10.11.1.** Achado 11 da DICAD/AM, descumprimento do art. 26 parágrafo único, incisos I, II e III da Lei nº 8.666/1993, compras diretas realizadas sem observância do devido processo de dispensa, sem caracterização da situação emergencial calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública, nem mesmo da razão da escolha do fornecedor ou executante, ou da justificativa do preço;
- 10.11.2.** Achados 13 e 15 da DICAD/AM, descumprimento do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988 c/c art. 2º da Lei nº 8.666/1993, bem como do art. 60 da Lei nº 4.320/1964, prestação de serviços sem cobertura contratual quitada de forma indenizatória;
- 10.11.3.** Achados 1.1.1.1, 1.1.1.2, 2.1.1.1, 2.1.1.2, 3.1.1.1, 3.1.1.2, 4.1.1.1 e 4.1.1.2 da DICOP, descumprimento do disposto no art. 2º da Resolução 27/2012-TCE-AM, existência de procedimentos de controle interno de obras e serviços de engenharia, todos destes contratos nº 038 e 140/2013-SUSAM;
- 10.11.4.** Achados 1.2.2.1, 1.2.2.2, 1.2.2.3, 1.2.2.4, 1.2.2.5, 2.2.2.1, 2.2.2.2 e 2.2.2.3 da DICOP, descumprimento do disposto no art. 2º, §9º da Resolução 27/2012-TCE-AM, ausência das memórias de cálculo inerentes às 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª medições dos Contratos nº 038 e 140/2013-SUSAM;
- 10.11.5.** Achados 1.2.3 e 1.2.4 da DICOP, descumprimento do art. 65, inciso I, alínea “a” da Lei nº 8.666/1993, ausência de justificativas para formalização e supressão de serviços decorrentes do 01º Termo Aditivo ao Contrato nº 140/2013-SUSAM;
- 10.11.6.** Achados 1.2.5 e 2.2.3 da DICOP, descumprimento do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/1993, acréscimos que extrapolam os limites legais verificados nos Contratos nº 038 e 140/2013-SUSAM;
- 10.11.7.** Achados 1.3.5 e 2.3.2 da DICOP, descumprimento do disposto no art. 14 da Lei AM nº 3.785/2012 c/c art. 12 do Decreto AM nº 10.028/1987 c/c art. 3º da Resolução



**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- CONAMA nº 237/1997, ausência de licenciamento ambiental da ETE dos Contratos nº 038 e 140/2013;
- 10.11.8.** Achados 3.2.2 e 3.2.3 da DICOP, descumprimento dos art. 67, §1º da Lei nº 8.666/1993 c/c Resolução TCE-AM nº 027/2012, art. 2º, inciso II, alínea “i”, ausência do relatório fotográfico (Contrato nº 50/2012-SUSAM);
- 10.11.9.** Achado 3.2.6 da DICOP, descumprimento dos art. 67, §1º da Lei nº 8.666/1993 c/c Resolução TCE-AM nº 027/2012, art. 2º, §9º, ausência da memória de cálculo inerente à 12ª medição (Contrato nº 50/2012-SUSAM);
- 10.11.10.** Achados 3.2.7, 4.2.2, 4.2.3 e 4.2.6 da DICOP, descumprimento dos art. 57, §1º da Lei nº 8.666/1993, ausência da justificação para celebração de aditivo desta obra (Contrato nº 50/2012-SUSAM e 044/2013-SUSAM);
- 10.11.11.** Achados 3.2.9 e 4.2.7 da DICOP, descumprimento dos art. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964; art. 55, §3º e art. 65, inciso II, alínea “a” da Lei nº 8.666/1993 c/c art. 65 da Lei nº 4.320/1964, ausência da nota de liquidação, programa de desembolso, ordens bancárias, nota fiscal e demais elementos de comprovação dos efetivos pagamentos correspondes à 12ª medição (Contrato nº 50/2012-SUSAM e 044/2013-SUSAM);
- 10.11.12.** Achado 4.2.4 da DICOP, descumprimento dos art. 65, §§1º e 3º da Lei nº 8.666/1993, ausência da composição de custos unitários em planilha decorrente de aditivo ao contrato primitivo (Contrato nº 044/2013-SUSAM);
- 10.11.13.** Achado 4.2.5 da DICOP, descumprimento dos art. 47 c/c art. 6º inciso VIII, alínea “a”, todos da Lei nº 8.666/1996, ausência da de justificativa aceitável para o termo aditivo ao contrato firmado na modalidade de execução de empreitada por preço global (Contrato nº 044/2013-SUSAM);

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.12 Aplicar Multa** ao **Sr. Wilson Duarte Alecrim**, no valor de **R\$6.827,20** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos), nos termos do art. 54, inciso II, alínea “b” da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera



**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE”, em face das seguintes impropriedades não sanadas, constantes da Informação Conclusiva nº 015/2017-DICAD, abaixo relacionadas:

**10.12.1.** Achado 16 da DICAD/AM, descumprimento do art. 33 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, sonegação de documento a este TCE-AM (controle de frequência dos médicos que atuavam nos plantões dos CAICs).

**10.12.2.** Achado 17 da DICAD/AM, descumprimento do art. 33 da Lei nº 2.423/1996-LOTCEAM, sonegação de documento a este TCE-AM (relação dos pacientes atendidos no Hospital Francisca Mendes inerentes ao Contrato de Prestação de Serviços nº 26/2014 entre a SUSAM e a Fundação Solimões (UNISOL).

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.13 Dar ciência ao Sr. Wilson Duarte Alecrim**, por meio de sua patrona, acerca do julgado.

**10.14 Dar ciência ao Sr. José Duarte dos Santos Filho**, por meio de sua patrona, acerca do julgado

**10.15 Dar ciência ao Sr. Jailton Lima Freitas**, acerca do julgado.

**10.16 Dar ciência ao Sr. Allan Almeida dos Reis**, acerca do julgado.

**10.17 Dar ciência ao Sr. Hudson Mar Simith de Oliveira**, acerca do julgado.

**10.18 Dar ciência ao Sr. Jerocilio Roberto Simoes Alves da Silva**, acerca do julgado

**10.19 Dar ciência à empresa Construtora Alcance Ltda. - EPP**, acerca do julgado.



**ACÓRDÃO Nº1456/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.20 Dar ciência à empresa M C a Construtora Ltda., acerca do julgado**

**10.21 Dar ciência à empresa S. H. Engenharia e Construções Ltda. , por meio de seu patrono, acerca do julgado**

**10.22 Dar ciência à empresa Amazônia Construções, Engenharia e Comércio Ltda., acerca do julgado.**

**11- Ata:** 32ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de agosto de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do Regimento Interno).

**13.2. Auditor presente e Relator:** Luiz Henrique Pereira Mendes.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES**  
Auditor-Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral